

PEExt no HABEAS CORPUS Nº 514.556 - SP (2019/0164513-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
REQUERENTE : JEAN LUCAS MARTINEZ DOMINGOS
ADVOGADO : ANDRÉ GUSTAVO ZANONI BRAGA DE CASTRO - SP161963
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRANTE : ANDRE LUIS COSTA
ADVOGADO : ANDRÉ LUIS COSTA - SP296221
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CAIO HENRIQUE DA SILVA FRANCO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de pedido de extensão dos efeitos da liminar concedida ao paciente Caio Henrique da Silva Franco formulado por JEAN LUCAS MARTINEZ DOMINGOS.

Sustenta o requerente, à e-STJ fl. 187, que se encontra na mesma situação do paciente CAIO, de maneira que faz jus ao deferimento do pedido para que seja expedido alvará de soltura em seu benefício.

É, em síntese, o relatório.

Quanto ao pedido de extensão dos efeitos da decisão proferida às e-STJ fls. 176/180, é de se ter em mente que a aplicação do art. 580 do Código de Processo Penal reclama a identidade de situações fático-processuais, o que não ocorre no caso dos autos.

Isso porque, consoante se verifica da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente e do ora requerente, acostada às e-STJ fls. 138/148, tem-se que a prisão do requerente foi decretada, diferentemente do paciente, em razão da ausência de comprovação de residência ou trabalho fixos, "*havendo indícios de atividade ilícita como meio de vida*" (e-STJ fl. 147).

Dessa forma, observa-se que as situações fático-processuais do paciente e do requerente são diversas, circunstância que afasta a aplicação do disposto no art. 580 do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de extensão formulado.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

